



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17812 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

MOVIMENTOS PLURAIS PARA CONSTITUIÇÃO DA REDE DE INTERSETORIALIDADE COM A EDUCAÇÃO – RICE

Gesuína de Fátima Elias Leclerc - Secretária de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino/MEC

Rosimere Gomes Rocha - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Luanda Taveira Fernandes - Universidad de Buenos Aires

TEMA: “POLÍTICAS AFIRMATIVAS, DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA SOCIEDADE”

GT05- ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL

TÍTULO DO ARTIGO: MOVIMENTOS PLURAIS PARA CONSTITUIÇÃO DA REDE DE INTERSETORIALIDADE COM A EDUCAÇÃO – RICE

1 INTRODUÇÃO

Passados trinta anos das reformas da administração pública, a complexidade do modelo federativo e a complexidade dos problemas sociais continuam impondo desafios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas.

Nesse cenário, a noção de problemas complexos ajuda a compreender a teia de iniquidades que se interseccionam e afetam particularmente os mais vulneráveis, como grupos minoritários étnico raciais, comunidades rurais e crianças na primeira infância. Assim, podemos entender os problemas complexos como aqueles que não podem encontrar solução na sua decomposição setorial, dado que se manifestam de forma multidimensional. Tal fenômeno demanda respostas pensadas sob uma ótica igualmente sistêmica e articulada entre os entes federados e entre os diferentes setores da sociedade.

É nesse sentido que a intersectorialidade emerge como uma possível abordagem de governança das políticas públicas e enfrentamento dos problemas complexos, como por

exemplo, a questão da garantia efetiva e integral dos direitos a partir da educação. Para Machado (2010), a intersetorialidade pode ser pensada “através de processos organizados e coletivos, e de ações deliberadas que pressupõem o respeito à diversidade e às particularidades dos atores envolvidos”.

A intersetorialidade precisa ser construída coletivamente por meio de novas formas de agir, seja porque que não se encontram estabelecidas ou porque não foram suficientemente experimentadas (Machado, 2010). Assim, aparece em sua dimensão processual antes que pontual, além de resultar de uma pactuação coletiva que, a exemplo de outras abordagens de políticas públicas, não está isenta de conflitos e disputas. É possível inferir um salto de qualidade a partir da inversão da trajetória, do território para os órgãos gestores e não o contrário, dado que o ponto de partida são os próprios sujeitos situados no território -pensado não como área de abrangência, mas como “síntese das relações dinâmicas de um coletivo” (Sposati, 2013, p. 17). No entanto, alguns questionamentos se impõem, revelando o dissenso entre o que Akerman et al (2014) chama de *ativismo intersetorial* e uma práxis, ainda insuficiente, que o sustente. Isso porque, embora o entendimento sobre ação intersetorial seja consensual, muitas dessas ações se restringem ao intercâmbio pontual de informações, não contemplando, portanto, a integração sistemática de objetivos, processos e financiamentos.

Parte desse descompasso entre a adesão à ideia e a falta de clareza teórico-metodológica se relaciona, segundo o autor, com a insuficiência de aportes teóricos que favoreçam a intersetorialidade como práxis, e não, como experimento de governo. Tendo como base esse impasse levantado por Akerman et al (2014), bem como as propostas de Machado e Sposati de pensar as ações intersetoriais a partir do território, refletimos sobre a experiência de mapeamento e sistematização de experiências de políticas e projetos intersetoriais das redes municipais de educação, em curso, iniciada em 2023 na Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (SASE/MEC), por meio da Diretoria de Articulação Intersetorial (DAI).

Assim, este trabalho é um recorte da pesquisa exploratória, desenvolvida no âmbito da Escola de Governo Fiocruz Brasília - EGF, junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, tematizado para a relação saúde e educação, que se abre para a interlocução com a formação em serviço. Essa interlocução pressupõe a observação participante por isso este texto se abre para a coautoria e se vale da compreensão de Maria Cecília de Souza Minayo (2014) pois “se analisa um processo social de intervenção interna em que as transformações almejadas passam pelas subjetividades, por interferirem na vida cultural, afetando as mentalidades e criando novas possibilidades de organização de todos estes mesmos aspectos (estrutural, relacional e subjetivo) (Minayo, 2014, p.56).

O objetivo da experiência em curso compreende, num primeiro momento, a ampliação da narrativa da intersetorialidade como um tipo de colaboração para enfrentar problemas complexos e gerir as condicionalidades ao organizar ações existentes. Num segundo momento, ainda em desenvolvimento, objetiva-se um ganho de escala, a partir da

sistematização e o intercâmbio de experiências como estratégia indutora de processos de colaboração sustentáveis no território, a partir da constituição da Rede de Intersetorialidade Com a Educação/RICE.

2 DESENVOLVIMENTO

As ações realizadas sustentam-se nas atribuições regimentais vinculada à reconstrução da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino - SASE, previstas pelo Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023. Algumas competências intersetoriais são compartilhadas com a Secretaria de Educação Básica (SEB) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), particularmente no que tange à articulação entre a política educacional e demais políticas sociais para a garantia do acesso, permanência e aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens e à transversalidade da educação especial.

Ainda no contexto das políticas educacionais conduzidas pelo MEC, dois programas destacam-se pela centralidade que a articulação intersetorial ocupa em seus respectivos desenhos: o Programa Saúde nas Escolas e o Programa Mais Educação.

O Programa Saúde Nas Escolas (PSE) foi instituído em 2007, por meio do Decreto nº 6.286/2007 e está, atualmente, sob a gestão da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC). As ações de prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde são executadas pelos Ministério da Saúde e da Educação, tendo como princípios norteadores a intersectorialidade, a territorialidade e a integralidade.

Já o Programa Mais Educação, criado pela [Portaria Interministerial nº 17/2007](#) e regulamentado pelo [Decreto 7.083/10](#), constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino. Embora a educação integral e as estratégias intersectoriais para desenvolvê-la sejam um tema recorrente no debate sobre formação de cidadãos a partir da garantia integral de direitos tendo como interface educação, a estratégia intersectorial aparece, ainda, timidamente nos instrumentos de planejamento de políticas públicas.

Um passo em direção à alteração desse cenário se deu sob a forma de recomendação da intersectorialidade como uma forma de aperfeiçoamento das políticas públicas pelo Fórum Interconselhos, no processo de elaboração do Plano Plurianual 2024-2027. É digno de nota, no entanto, que a intersectorialidade apareça explicitamente no PPA vinculada à saúde, área com longa tradição de pensamento sistêmico, a partir do conceito de Determinantes Sociais da Saúde – DSS.

Também nos instrumentos de que se originam o Projeto de Lei 2614/2024, o Documento Diagnóstico da Educação Brasileira, elaborado pelo GT PNE, e o Documento Final da CONAE, destacam a intersectorialidade entre as estratégias para o alcance das metas educacionais. A análise diagnóstica sugere a necessidade de pensar os problemas sob uma

perspectiva complexa, que demandam intervenções pensadas sob lógica sistêmica.

Nesse sentido, considerando que a intersetorialidade e os planos decenais constituem os dois focos das ações da SASE, a DAI desenvolveu uma estratégia voltada para o estímulo à produção de um arcabouço teórico-metodológico sobre a intersetorialidade, e particularmente, sobre a articulação intersetorial nos Planos Decenais de Educação.

Para isso, foi realizado um levantamento preliminar da bibliografia nacional e regional na base de dados Scielo, na coleção Brasil, e um mapeamento das ações já desenvolvidas no território. Ambas as buscas foram realizadas nos meses de julho agosto de 2023, por meios virtuais. Esse primeiro levantamento apontou três experiências na região Centro Oeste, 45 na região Nordeste, sete na região Norte, 43 na região Nordeste e 28 experiências na região Sul, totalizando 126 experiências de intersetorialidade com a educação identificadas.

Partindo desse levantamento, foram pensadas duas trilhas de aprendizagem – a trilha prática e a trilha acadêmica – que deram origem a um ciclo de sete seminários: cinco regionais envolvendo estados e municípios, um com representantes da academia e um seminário com as Organizações da Sociedade Civil, realizados no período compreendido entre novembro de 2023 a agosto de 2024.

2.1 SEMINÁRIOS REGIONAIS E ESCUTA ATIVA DE EXPERIÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS

Os seminários regionais aconteceram no período de novembro de 2023 a junho de 2024, com duração de dois dias cada, e tiveram como fundamento, a escuta ativa das experiências realizadas nos territórios, compreendida como uma posição dialógica pelo que é realizado, de encorajamento à sua continuidade e de abertura para seu compartilhamento em contextos de similaridades.

A estrutura contou com solenidade de abertura, mesas de apresentação das experiências municipais seguidas de debates, rodas de conversa e visitas técnicas aos projetos de intersetorialidade. Os seminários ocorrem conforme o planejado nos municípios de Horizonte - CE (7 e 8 de novembro de 2023), Belém - PA (23 e 24 de maio de 2024), Mauá - SP (17 e 18 de abril de 2024), Passo Fundo - RS (4 e 5 de dezembro de 2023) e Brasília – DF (4 e 5 de junho de 2024) e contaram com a participação de chefes do Poder Executivo Municipal, dirigentes educacionais, representantes das secretarias estaduais e municipais de educação, das redes de ensino e das universidades, além de representadas da sociedade civil.

Como resultado preliminar das trilhas práticas, compostas por 106 experiências municipais compartilhadas, foi proposta a indicação de eixos comuns para a condução de trabalho intersetorial. Os eixos comuns foram extraídos após o processo de catalogação das experiências em fichas técnicas, realizado pela equipe da Diretoria de Articulação Intersetorial (DAI). Os núcleos temáticos subsidiam webconferências temáticas com o propósito de encontrar e estimular convergências nos territórios. Os núcleos temáticos

referem-se à 1) Intersetorialidade nos Planos Estaduais e Municipais de Educação; 2) Busca Ativa Escolar; 3) Primeira Infância e Sistema de Garantia de Direitos; 4) Educação Ambiental e Emergência Climática; 5) Recomposição de Aprendizagem; 6) Programa Saúde na Escola; 7) Equipamentos Intersetoriais de Convivência Comunitária; 8) Segurança e Proteção no Ambiente Escolar; 9) Governança intersetorial e 10) Políticas de Educação Integrada, Integral e em tempo integral.

Essa sistematização preliminar permitiu, ainda, recompilar as informações referentes às metodologias desenvolvidas, aos atores envolvidos, aos responsáveis, aos referenciais legais e aos recursos financeiros das ações, para uma compreensão sobre como essas ações se organizam institucionalmente.

Identificou-se, em todas as regiões, que as ações se realizam predominantemente a partir das Secretarias Municipais de Educação articuladas a outras Secretarias Municipais, especialmente as Secretarias de Saúde e Assistência Social. No entanto, o catálogo prevê uma ampla gama de atores, incluindo universidades, fundações, organismos internacionais, órgãos colegiados, empresas privadas.

Algumas experiências referem-se a formatos já estabelecidos como o de Cidade Educadora, nas regiões Nordeste (Monte Horebe - PB), Sudeste (Mesoregião do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba) e Sul (Santa Maria e Passo Fundo – RS; e Curitiba - PR). Na Região Nordeste por sua vez, foram apresentadas duas experiências relativas aos Arranjos de Desenvolvimento – Abr’olhos Extremo Sul da Bahia e Açailândia com a empresa Suzano Celulose. A regulamentação apresenta formatos igualmente diversificados, incluindo Portarias, Decretos e Leis Municipais. Os formulários preenchidos pelos municípios, em sua maioria, não apresentaram a identificação das fontes de recursos.

Além dos eixos comuns para a condução do trabalho intersetorial, as trilhas práticas também resultaram na proposição de produção de sete títulos, dois no formato de coletânea e cinco em fascículos, para reunir tanto as experiências sistematizadas, quanto artigos acadêmicos sobre a temática da intersetorialidade, a partir de chamada pública. Ambas as proposições devem alimentar o ambiente virtual de aprendizagem, atualmente, em estágio de desenvolvimento.

2.2 O APORTE DO TERCEIRO SETOR E A PERSPECTIVA ACADÊMICA SOBRE A INTERSETORIALIDADE

Na outra frente de atuação, os seminários com representantes das Academias e com as Organizações da Sociedade Civil, foram realizados nos dias 20 e 21 de novembro de 2023, em Brasília, e 08 e 09 de agosto de 2024, no Rio de Janeiro, respectivamente.

O primeiro evento, conforme planejado, reuniu 32 participantes, dos quais 16 expositores de instituições públicas de ensino superior. Além da articulação com as universidades, esse seminário promoveu a articulação com as Secretarias do MEC que desenvolvem ações intersetoriais

voltadas para as políticas de inclusão: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização de Jovens Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), da Secretaria de Educação Básica (SEB). Os pesquisadores compartilharam na ocasião as conclusões e reflexões resultantes das pesquisas acerca da intersetorialidade entre a saúde e a educação, tanto no que se refere às experiências municipais com a cooperação das universidades, quanto no que se refere à avaliação do processo político-gerencial do Programa Saúde nas Escolas. Pesquisas referentes à articulação com a cultura, os esportes e lazer também foram compartilhadas. O encontro com as Organizações da Sociedade Civil contou com a participação de mais de 30 OSC, além de representantes da Undime, Uncme, Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência - SBPC, Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Instituto Benjamin Constant - IBC. Além dos painéis, mesas, rodas de conversa e apresentações culturais, esse encontro contemplou uma visita técnica ao Observatório das Favelas, no Complexo da Maré.

2.4 RESULTADOS

As duas trilhas de aprendizagem produziram resultados, dentre os quais, podemos destacar as próprias experiências vividas durante os seminários a partir das exposições, do debate que se sucedeu e das trocas de conhecimento e saberes, que resultarão na sistematização em publicações. Outro resultado se refere à constituição de grupo de interlocutores, com os quais será formada uma rede de articulação intersetorial e uma comunidade de práticas para aprofundar os intercâmbios iniciados com os seminários. Finalmente, a experiência permitiu ao ministério conhecer a respeito dos processos sob os quais as experiências intersetoriais se realizam institucionalmente no território.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma cultura de intersetorialidade ainda incipiente na administração pública, o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa que ofereça subsídio às ações de gestão de políticas no território emerge como etapa necessária para construir abordagens capazes de responder aos problemas complexos da educação. Essa compreensão desencadeou as ações realizadas pela Diretoria de Articulação Intersetorial, na Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do MEC com o intuito de ampliar a narrativa da intersetorialidade como uma estratégia de governança e de construir uma rede de articulação de intersetorialidade com a educação. Mais que um dado, a articulação intersetorial emerge como um processo coletivo atrelado às singularidades dos territórios e, especialmente, dos sujeitos presentes nesses territórios. Nesse sentido, considerando a diversidade de atores sociais envolvidos e os acordos estabelecidos nos seminários, a iniciativa permitiu dar um passo, primeiramente em direção à própria conceituação dessas ações já desenvolvidas como um método que privilegia o território e os sujeitos nele presentes, a partir de uma perspectiva da diversidade e da interseccionalidade. Dessa forma, cumpriu o objetivo de ampliar a narrativa da intersetorialidade como um tipo de colaboração para enfrentar problemas complexos e gerir as condicionalidades ao organizar ações existentes. Embora também tenha constituído um passo em direção ao incentivo à colaboração nas áreas requeridas pelos

sujeitos alvos das políticas nos territórios, o horizonte de um trabalho em rede ainda deve ser perseguido com as ações subsequentes.

PALAVRAS-CHAVE: intersectorialidade; políticas educacionais; vulnerabilidade social; educação integral

REFERÊNCIAS

AKERMAN, M; FRANCO DE SÁ, R.; MOYSES, S; REZENDE, R.; ROCHA, D. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS! *CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA*, v.19, n.11, p 4291-4300, 2014. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.10692014>.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 11.691/2023/2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança, DOU de 06/09/2023, p.11. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11691.htm> Acesso em 21/08/2024.

_____. Decreto Presidencial nº 7083, 2010.

Dispõe sobre o Programa Mais Educação. DOU. de 27/01/2010, p. 2. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/d7083.htm>. Acesso em 21/08/2024.

_____. Decreto Presidencial nº 6286, 2007.

Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. DOU. de 06/12/2007, p. 2. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm>. Acesso em 21/08/2024.

_____. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 1.112, de 11 de junho de 2023. Institui Grupo de Trabalho, de caráter consultivo e propositivo, com a finalidade de realizar a análise dos problemas da educação nacional e elaborar diagnóstico contendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o Plano Nacional de Educação – PNE, decênio 2024-2034. Brasília, DOU de 15/06/2023, p. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.112-de-13-de-junho-de-2023-489812312>> acesso em 21/08/2024.

_____. Documento Diagnóstico da Educação Nacional. Grupo de Trabalho PNE 2024-2034. No prelo.

MACHADO, L.A. Construindo a Intersetorialidade. IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL, 2010, Florianópolis. Anais... Florianópolis: SES/SC, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Mudança: conceito-chave para intervenções sociais e para avaliação de programas. In MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. *AValiação por triangulação de métodos. Abordagens de*

PROGRAMAS SOCIAIS. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2014.

SPOSATI, A. Território e gestão de políticas sociais. **SERVIÇO SOCIAL REVISTA**, v.16, n. 1, p. 05-18, 2013 DOI: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p5.